O AECT Rio Minho aproba o plan de actividades e o orzamento para 2022

Aprobado en asemblea xeral o plan de actividades e o orzamento para 2022 do AECT Rio Minho, cun investimento global de cerca de 400.000 euros, en parte cofinanciado polo Programa Interreg.

AECT Rio Minho promove encontro intrenacional sobre a valorización do património cultural imaterial

O encontro reúne nove socios do proxecto europeo LIVHES, do que o AECT Rio Minho é socio, e pretende discutir o patrimonio cultural inmaterial como elemento de desenvolvemento local.

Instalação do Conselho Coordenador do AECT Rio Minho

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, Rui Teixeira, é o novo Diretor do Agrupamento Europeu de

Cooperação Transfronteiriça (AECT) Rio Minho.

O AECT Rio Minho partilhou a sua experiência e boas práticas no Projeto BRIDGE

Decorreu entre os dias 20 e 24 de outubro, o Projeto *BRIDGE – Building Relationships Into a Democratic Goal for Europe*, coordenado pelo Município de Vila Nova de Cerveira, financiado pelo programa Europa para os Cidadãos. O projeto *BRIDGE*, constituído por 11 organizações de 10 países, foi desenhado tendo por base a conjuntura das organizações/municípios transfronteiriços no contexto da União Europeia. Este projeto tem por objetivo sensibilizar os estados-membros para a memória, história e valores comuns da União Europeia através do debate, reflexão e desenvolvimento do espírito de solidariedade entre países membros, e incentivar a participação democrática e cívica da sociedade civil a nível europeu, desenvolvendo a sua compreensão do processo de elaboração das políticas da União Europeia e promovendo oportunidades de interesse social e intercultural.

A convite do Município de Vila Nova de Cerveira, o AECT Rio Minho participou em duas sessões do programa que se realizaram no transato dia 22 de outubro. A primeira sessão, realizada no Centro Goianés em Goián, Tomiño, focou-se na partilha de boas práticas no contexto transfronteiriço Portugal-Espanha. O AECT Rio Minho participou nesta sessão com a partilha da sua experiência na construção de uma marca turística sustentável transfronteiriça: Rio Minho. Já na segunda sessão, dinamizada nas instalações do AECT Rio Minho, em Valença, no âmbito da

partilha de experiências que têm por base a vontade comum entre os participantes de promover uma cidadania transfronteiriça e a coesão social além-fronteiras, o Secretáriado Técnico fez uma apresentação institucional do Agrupamento, sendo expostos os projetos em que o AECT Rio Minho está diretamente envolvido, os que se encontram em execução, e aqueles já se encontram finalizados. Todos estes, com especial enfoque, nos objetivos da entidade, que passam por: articular o espaço comum e fomentar as relações de cooperação; promover a coesão institucional; valorizar o património cultural e natural transfronteiriço; promover o território do Rio Minho; e criar e consolidar a marca turística transfronteiriça Rio Minho.

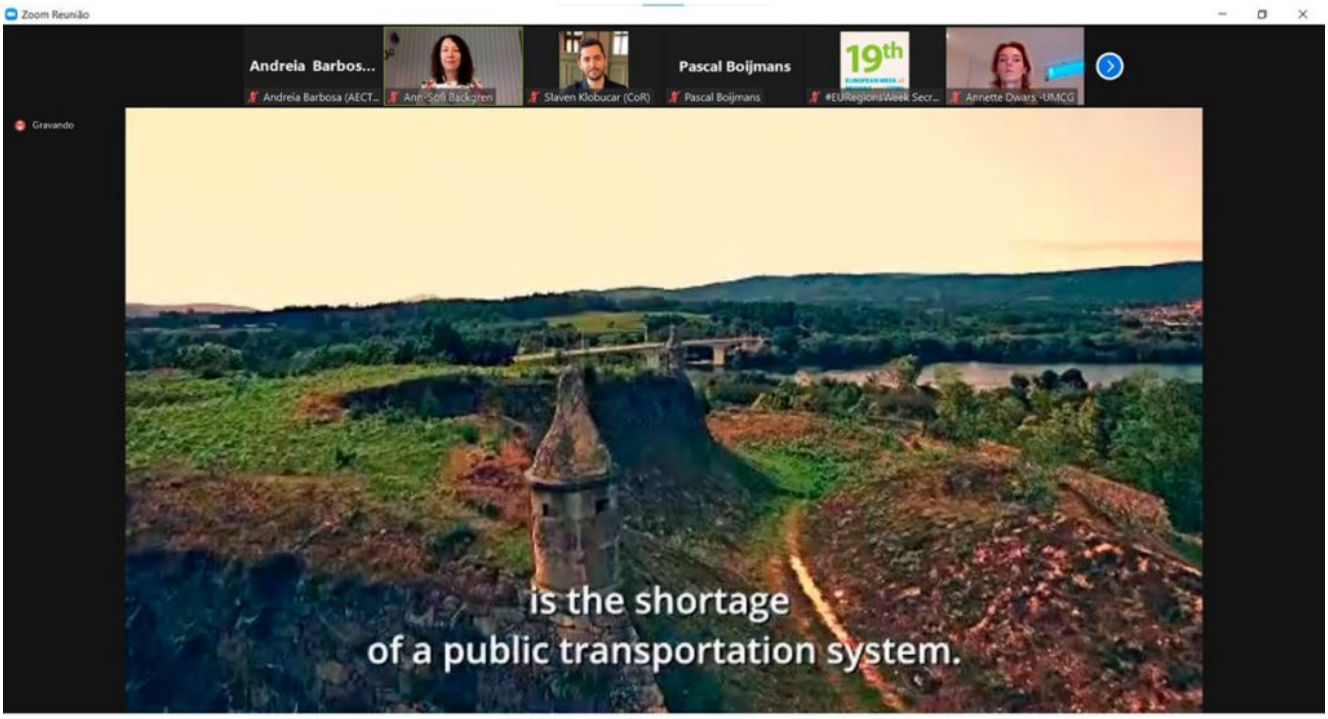
AECT Rio Minho participa no evento The European Week of Regions and Cities

Terminou o 14 de outubro, o maior evento anual dedicado às políticas de coesão: *The European Week of Regions and Cities* (#EURegionsWeek). Devido à pandemia COVID-19, tal como sucedeu em 2020, o evento foi realizado online, através de uma plataforma de comunicação que reuniu mais de 10.000 participantes de regiões e cidades de toda a Europa, incluindo políticos, técnicos, especialistas e académicos.

A convite da ARFE e da DG REGIO, o AECT Rio Minho, participou no workshop *EU Border Regions: Living labs of European Integration*, com a partilha em vídeo de testemunho sobre a participação do AECT Rio Minho na iniciativa *b-solutions* com o caso *MOBITRANS – Boosting Minho River Cross–Border Mobility*.

Com o apoio da iniciativa *b-solutions*, o AECT Rio Minho conseguiu encontrar uma solução para a escassez de serviços de transporte público rodoviário transfronteiriço e construir, em parceria com as autoridades de transporte da Galiza e do Alto Minho, respetivamente Xunta de Galicia e CIM Alto Minho, um guião para implementar um piloto de transporte público no contexto do rio Minho transfronteiriço.

No vídeo apresentado no workshop *EU Border Regions: Living labs of European Integration*, onde participaram representantes do AECT Rio Minho, da CIM Alto Minho, da Direção Geral da Mobilidade da Xunta de Galicia e ainda da perita convidada pelo *b-solutions*, ficou espelhado um exemplo dos obstáculos que as regiões transfronteiriças enfrentam no seu dia-a-dia e como uma maior partilha de serviços permitiria criar uma região mais forte e resiliente.



As regiões fronteiriças estão no centro da União Europeia. Por serem territórios onde a travessia da fronteira faz parte da rotina diária, estas regiões são verdadeiros laboratórios de integração europeia e as soluções encontradas por estas regiões para os obstáculos legais e de cooperação podem ser replicados em outras regiões dentro da União Europeia.

O AECT Rio Minho apresenta o projeto LIVHES ao tecido do património cultural imaterial deste espaço transfronteiriço

A equipa técnica do AECT Rio Minho apresentou o projecto europeu LIVHES a uma escolma de representantes públicos e privados das diferentes administrações, associações e investigadoras que trabalham no património cultural inmaterial no rio Minho transfronteiriço.

Arranca o ‘II Culturminho’ com o objectivo de criar novos actos culturais conjuntos no Minho transfronteiriço

Criadores e agentes culturais mais pessoal técnico das câmaras municipais minhotos trabalharão durante este mês para desenvolver iniciativas.

O AECT Rio Minho pede “coerência” à Junta sobre a abertura da fronteira com Portugal

O vicedirector Uxío Benítez subliña que a perimetraxe autonómica non ten sentido por motivos sanitarios, xa que a parte portuguesa ten mellores datos que a galega.

O AECT RIO Minho permite um registo de pessoas afetadas pelo encerramento da fronteira com Portugal para pedido de indemnizações

O AECT do Rio Minho vem operando desde hoje o registo das pessoas afetadas pelo encerramento da fronteira, a fim de proceder aos trâmites de eventuais indemnizações. Nas primeiras horas desde o seu lançamento, ainda sem lançamento oficial, foram recebidas mais de uma dezena de reclamações, que deverão aumentar consideravelmente nos próximos dias.

O objetivo deste registo é conhecer as causas de cada uma das

pessoas afetadas e atribuir nomes e sobrenomes a uma situação que está prejudicando um grande número de pessoas que estão perdendo tempo e dinheiro diariamente por não terem todos os postos transfronteiriços abertos.

O formulário pode ser preenchido online no site smartminho.eu com os dados sobre o tipo de prejuízo sofrido: perdas de tempo, aumento dos custos com viagens ou redução da carteira de clientes da outra margem

“Sabemos que há muitas pessoas afetadas e até agora têm ido aos seus municípios, às administrações mais próximas, para reclamar e saber como atuar. Com esta iniciativa do AECT pretendemos centralizar as reclamações num ‘gabinete dos lesados’ conjunto e trabalhar para o processamento de eventuais indemnizações, pois entendemos que o território do Minho deve ser compensado economicamente pela decisão dos estados de fecharem a fronteira e não deixe alternativas além de um posto fronteiriço. Isto está a ter um grande impacto na economia”, explicou o deputado da Cooperação Transfronteiriça e vice-diretor do AECT Uxío Benítez.



No formulário online (também existe a opção de preencher um PDF) os interessados devem deixar os seus dados pessoais, esclarecer se são pessoas singulares, empresas ou particulares, o setor em que trabalham (serviços, indústria ou comércio), o número de viagens que devem realizar entre os dois lados da fronteira, o número de quilómetros que costumam percorrer com a fronteira aberta e a fronteira fechada. Também são solicitados dados sobre os danos sofridos: percorrer mais distâncias e gastar mais tempo no trajeto entre a residência e o local de trabalho, aumentar o custo da viagem, reduzir os clientes da outra margem ou impedi-los de cruzar a fronteira.

Nas primeiras horas de funcionamento já se registaram mais de uma dúzia de reclamações

Todos estes prejuízos já constatados pelo estudo socioeconómico realizado pelo professor Xavier Cobas, da Universidade de Vigo, que evidenciou os danos que o encerramento da fronteira acrescenta à situação de pandemia na economia minhota. As perdas de volume de negócios ascenderam a mais de 92 milhões de euros apenas nos sectores da hotelaria e comércio, resultado do primeiro confinamento e do encerramento da fronteira entre Pontevedra e Portugal na primeira vaga da pandemia, entre 17 de março e 30 de junho do ano passado. "Para este novo encerramento de fronteira – lembrou Benítez – espera-se que o 'Efeito Fronteira' seja maior, pois há mais atividade económica aberta".

Benítez lembrou que o AECT apresentará denúncias ao programa operacional POCTEP 2021-2027, que se encontra em fase de exposição pública, para garantir que os fundos sejam atribuídos às zonas da fronteira e que sejam criados artigos específicos para a zona do Minho. Prevê-se também a aprovação de uma moção sobre este tema nos 26 concelhos para reivindicar perante todas as instituições a imediata abertura dos postos fronteiriços, bem como ascompensações financeiras pelo encerramento.

O primeiro confinamento e o encerramento da fronteira com Portugal causaram uma perda

de faturação de mais de 92 milhões de euros no comércio e hotelaria no Minho

O primeiro confinamento e o encerramento da fronteira entre Pontevedra e Portugal na primeira vaga da pandemia, entre 17 de março e 30 de junho de 2020, causou uma perda de volume de negócios de mais de 92 milhões de euros nos 26 concelhos transfronteiriçosdo Minho. Esta é a principal conclusão do estudo pedido pelo AECT Rio Minho ao doutor em Economia da Universidade de Vigo, Xavier Covas, que destacou que oprejuízo económico do atual encerramento será ainda muito maior.

Juntamente com o vice-diretor e deputado para a Cooperação Transfronteiriça, Cobas apresentou hoje o estudo do impacto socioeconómico para os autarcas que integram o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Rio Minho (AECT Minho), que há um mês reclamam a abertura de todas as passagens de fronteira com Portugal devido aos danos que produzem na economia. O trabalho da UVigo vem confirmar as teses e criticar o que consideram uma decisão injusta para os trabalhadores e para a economia do território minhoto e inútil para o controlo da pandemia.

Um estudo do AECT Rio Minho realizado pelo Professor Xavier Cobas na UVigo reflete que o efeito fronteira acrescentou um prejuízo sobre o da COVID de 12% e 19%, respetivamente

O relatório menciona vários dados devastadores sobre as consequências económicas em ambas as margens do Minho, com um

impacto na perda do volume de negócios no comércio e na hotelaria (os setores mais afetados) de 92 milhões de euros – o equivalente a 23 milhões de euros do Valor Acrescentado Bruto-, de acordo com dados oficiais fornecidos pelos governos centrais. Foram também detetados valores significativos nos transportes, setor imobiliário, bem como no âmbito fabril.

De acordo com o professor Cobas, todas essas áreas sofreram, além da queda na faturação devido à pandemia, o efeito fronteira, aumentando as perdas em 12% no comércio, em 19% em hotelaria e alimentação para somar à queda nas receitas de qualquer outra empresa em outro local, simplesmente porque os consumidores deixaram de poder aceder ao outro lado da fronteira.

Outro dos números que foi colocado em cima da mesa do estudo foi o número de horas de trabalho perdidas com a espera na passagem de Tui-Valença. Dado um tempo médio de espera de 15 minutos na ida e mais 15 na volta (número muito conservador para as longas filas diárias), e sabendo que no primeiro encerramento 356.000 pessoas passaram pelo controle, a economia da área perdeu 180.000 horas efetivas. A estas, não sendo contabilizadas, dever-se-á somar o tempo que os trabalhadores também perdem nos desvios de centenas de quilómetros por não estarem habilitados aos controlos em todas as pontes.

O vice-diretor Uxío Benítez exige uma indemnização financeira ao território minhoto “porque o mal já está feito” e anuncia a criação de um registo de pessoas afetadas

O encerramento da fronteira, explicou Cobas, afetou, segundo os seus cálculos, cerca de 25.000 pessoas em toda a Euroregião

Galiza-Norte de Portugal e 10.000 nos distritos de Pontevedra-Viana do Castelo, dado que são pessoas que vivem e trabalham em ambos os lados da fronteira, porque vivem de um lado e trabalham do outro, ou porque não,tendo relação com a área, as empresas operam em todo o território e forçam o deslocamento.

Quanto ao impacto do último encerramento de fronteira introduzido desde o início do ano, Cobas quis ser contundente e ressaltou que afetará a economia muito mais negativamente, já que no primeiro confinamento a atividade económica estava praticamente parada, enquanto agora há uma maior taxa de atividade. O professor destacou ainda que o atual encerramento dos postos fronteiriços "é redundante e inútil" porque as pessoas que vão cruzar a fronteira são as mesmas, apenas as autorizadas.

Registo para indemnizações

Diante de toda esta avalanche de dados devastadora, o vice-diretor do AECT Rio Minho, Uxío Benítez, disse que os autarcas dos 26 municípios do território do Minho vão pedir uma compensação financeira pela decisão de encerrar a fronteira dos estados espanhol e português. "O mal já está feito, agora abramos postos fronteiriços ou dentro de um mês. Agora queremos que levem em consideração e nos indemnizem pelas perdas", afirmou.

Ele salientou que, numa primeira fase, o AECT irá apresentar uma denúncia ao programa operacional POCTEP 2021-2027, que se encontra em fase de exposição pública e que, apesar do seu propósito de injetar fundos nas fronteiras, "está deturpando os seus objetivos ao atribuir fundos para áreas não fronteiriças". Solicitou, portanto, que se assegure que os fundos sejam destinados às áreas da fronteira e que sejam

criados itens específicos para a área do Minho.

> *“O mal já está feito, agora abramos postos fronteiriços ou dentro de um mês. Agora queremos que levem em consideração e nos indemnizem pelas perdas”.*

Por seu turno, anunciou também a criação de um registo de pessoas afetadas pelo encerramento da fronteira, o qual será gerido através do AECT e de todos os municípios envolvidos num gabinete comum para proceder ao processamento de eventuais indemnizações. “Queremos colocar esta situação em perspetiva, fazer um cálculo, porque os trabalhadores transfronteiriços perdem entre 200 e 300 euros apenas em combustível para as viagens por não terem todos os postos fronteiriços abertos”, explicou.

Da mesma forma, será apresentada uma moção nos 26 conselhos para ter o aval democrático e reivindicar perante todas as instituições tanto a imediata abertura das etapas como as compensações económicas pelo encerramento.

> *“Queremos colocar esta situação em perspetiva, fazer um cálculo, porque os trabalhadores transfronteiriços perdem entre 200 e 300 euros apenas em combustível para as viagens por não terem todos os postos fronteiriços abertos”.*

Para exemplificar o problema da fronteira, Benítez comparou o encerramento dos postos fronteiriços com Portugal com um possível encerramento da ponte de Rande para a economia galega. “O que vivemos no Minho é como se para controlar a

pandemia entre Pontevedra e Vigo tivessem fechado a ponte Rande e enviado todas as pessoas e mercadorias através da Ponte Sampaio com um único controlo. Quem consegue passar, passará, mas sofrendo filas, desvios e perdas de tempo ", afirmou.

Por fim, o deputado e vice-diretor do AECT lembrou que, para facilitar o controle de pessoas na fronteira, é urgente a criação de um cartão de cidadão transfronteiriço para que haja agilidade nos controlos e não seja necessário verificar toda a documentação.

O AECT irá notificar a Comissão Europeia sobre a situação de desamparo dos trabalhadores transfronteiriços do minho devido ao encerramento da fronteira

"Fronteira totalmente aberta e com horário completo". É esta a reivindicação com a qual os autarcas do território do Minhoto insistiram hoje convocados, pelo AECT Rio Minho, e para a qual decidiram endurecer as suas ações: continuarão a tomar medidas institucionais perante a União Europeia e o Ministro da Administração Interna de Portugal, como também organizarão novas ações simbólicas de mobilização social para chamar a atenção de um território que se sente afogado e também

“ninguenhado” pelos governos de Madrid e Lisboa.

Será organizada uma nova reunião urgente com o governo português para uma “fronteira aberta na sua totalidade e com horário completo”

Segundo Uxío Benítez, subdiretor do AECT Rio Minho, uma das decisões da reunião dos 26 autarcas foi notificar a Comissão Europeia sobre a situação de desamparo dos trabalhadores e das empresas, visto que o Minho é a fronteira mais dinâmica de todas da Europa e um encerramento como o existente “não ocorre em outros territórios”. “Enviaremos um comunicado e pediremos auxílio para que se interceda junto dos estados”, frisou.

Serão também mantidos novos contactos com o Ministro da Administração Interna de Portugal, Eduardo Cabrita, que será instado a revogar a situação actual numa reunião de urgência, dado que até agora o país vizinho tem sido o mais relutante em abrir novos postos fronteiriços autorizados na fronteira.

Nos próximos dias haverá mais ações simbólicas de protesto “tentando conter o ânimo exaltado” de empresas e colaboradores

Essas medidas institucionais, acrescentou Benítez, serão também acompanhadas por novas ações simbólicas de protesto e mobilização social. “Os ânimos das empresas, transportadoras e trabalhadores transfronteiriços estão muito exaltados, e a partir do AECT estamos a mediar para prevenir medidas mais drásticas e conter a agitação, mas mostraremos de modo

convincente que este território do Minho não pode ser ignorado,pois isso produz apenas mais raiva e indignação entre os cidadãos", afirmou o nacionalista.

"Existem mais de 6.000 trabalhadores afetados que têm um custo de tempo e dinheiro para aceder aos seus empregos"

Benítez frisou que o AECT vai exigir uma indemnização financeira para os trabalhadores afetados pelo encerramento das fronteiras. "Não existem apenas custos de combustível, mas também de tempo. Há pessoas que saem uma hora mais cedo para ir trabalhar e, estando duas horas na passagem da fronteira, chegam tarde e têm que compensar as horas perdidas ficando ao final do dia nos seus postos… Isso tem um custo não apenas económico, mas também anímico. E como não se pode compensar por problemas psicológicos, pelo menos que se compense os económicos ", insistiu.

O vice-diretor frisou que existe uma profunda indignação e incompreensão dos autarcas do território minhoto "face a esta decisão dos estados que não dar ouvidos ao território e não dar ouvidos aos problemas que existem na fronteira mais dinâmica, povoada, com mais relações sociais entre Espanha e Portugal e uma das mais dinâmicas da Europa. Eles não entendem essa realidade e têm ignorado os nossos pedidos para abrir os postos com os controlos sanitários necessários. Existem mais de 6.000 trabalhadores afetados que têm um custo de tempo e dinheiro para aceder aos seus empregos", insistiu.

Por fim, Benítez destacou a oferta de colaboração dos concelhos de ambos os lados da fronteira para a logística da reabertura das passagens. Apelou também a uma maior coordenação entre os estados e entre estes e os municípios

afetados, criticando que muitos autarcas ficaram a saber das últimas alterações nos postos fronteiriços através da publicação do boletim português em vez de uma comunicação oficial direta.

“Queremos a abertura de todas os postos fronteiriços 24 horas”

“Queremos a abertura de todas os postos fronteiriços 24 horas com os exames de saúde necessários e apenas para pessoas que estejam autorizadas, trabalhadores, transportadores… Não queremos que passe mais ninguém além das pessoas que o devem fazer”, insistiu.